PREFEITURA MUNICIPAL CLARAVAL - MG Fls _____

LEI Nº 1.287/2013, DE 27 DE MAIO DE 2013

Estabelece os meios oficiais de publicação dos atos normativos e administrativos do Município de Claraval-MG e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Clara, MG, no uso de suas atribuições legais: faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Artigo 1º – Os meios oficiais de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos que se sujeitam ao princípio da publicidade do Município de Claraval-MG,bem como dos órgãos da administração indireta, suas autarquias e fundações, são o quadro de avisos dos órgãos públicos e o Diário Oficial Eletrônico.

Artigo 2º - O Diário Eletrônico será veiculado na rede mundial de computadores, em endereço eletrônico, podendo serconsultado sem custos e independentemente de cadastramento.

Artigo 3º - As publicações no Diário Eletrônico serão realizadas a partir da regulamentação desta lei, que se dará por ato do Chefe do Executivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Artigo 4º - O Município, desde que observe as formalidades desta lei, poderá realizar a publicação em meio eletrônico diretamente ou por meio de terceiros.

Artigo 5º - A implantação do Diário Eletrônico no Município deverá ser precedida de divulgação por meio de afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal durante os15 (quinze) dias que a anteceder.

Artigo 6º – A responsabilidade pelo conteúdo da publicação é do órgão que o produziu.

Artigo 7º – Os direitos autorais das publicações no Diário Eletrônico são reservados ao Município.

PREFEITURA MUNICIPAL CLARAVAL MG Fls _____

Artigo 8º – O Município manterá nos quadros de aviso de seus Poderes e órgãos, cópia da versão impressa da última edição que constar na publicação de atos municipais.

Parágrafo Único - O Município poderá disponibilizar cópia da versão impressa do Diário Eletrônico, mediante solicitação e o pagamento do valor correspondente à sua reprodução.

Artigo 9º – As edições do Diário Eletrônico atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra- O Município O Município-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único – Competirá ao Prefeito Municipal designar as pessoas responsáveis pelas assinaturas dos atos do Poder Executivo e ao presidente da Câmara de Vereadores designar as pessoas responsáveis pelas assinaturas dos atos do Poder Legislativo, e aos representantes das Autarquias e Fundações, as assinaturas dos atos a serem publicados no Diário Eletrônico.

Artigo 10 – Os atos, após publicados no Diário Eletrônico, não poderão sofrer modificações ou supressões.

Parágrafo Único – Eventuais retificações de atos deverão constar de nova publicação.

Artigo 11 – As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 12 – O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias.

Artigo 13 – Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Claraval, 27 de maio de 2013

Juliano Diogo Pereira
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO QUADRO DE EDITAIS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLARAVAL/MG
De acordo com a Lei Orgânica Municipal
artigo 28
27 / 05 / 2013
Rosana Fonseca Nicolino
Nome do Servidor Responsável
CPF: 264 222 698 03
Assinatura